

# O IMPARCIAL

Ano XCVI Nº 36688 | SÃO LUÍS-MA, SEGUNDA-FEIRA 3 DE ABRIL DE 2023 | CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,00

f @OImparcialMA

t @imparcialonline

i @oimparcial

98 98232-0262



## DESTRUIÇÃO À VISTA

# Fenômeno das vocorocas como e por quê?

Na última semana o município de Buriticupu, cidade distante 417 km da capital maranhense, ficou conhecida internacionalmente, infelizmente por um motivo ruim. A cidade, vítima do fenômeno vocoroca (surgimento de crateras), está prestes a desaparecer em alguns anos se nada for feito. O pequeno município maranhense, com pouco mais de 70 mil habitantes, está rodeado por erosões. A gravidade fez com que o Governo Federal reconhecesse a situação de calamidade pública do município, que corre o risco de desaparecer por causa do fenômeno geológico.

**Situação poderia ter sido evitada**

**: Prefeitura de Buriticupu diz que não está inerte**



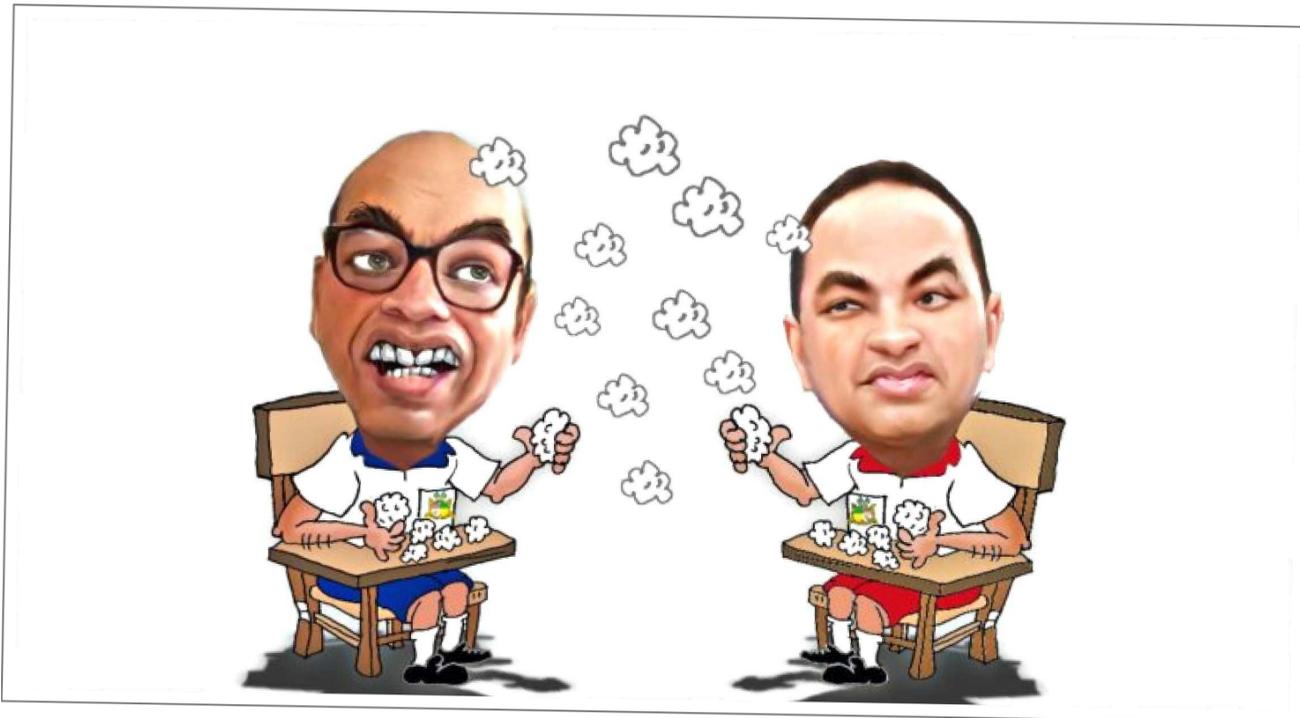
### Bruno Lobo foca em Paris 2024

Bruno terá duas oportunidades para garantir a tão sonhada vaga nos Jogos Olímpicos de 2024, que serão realizados em Paris, na França



### JUSTIÇA DESPORTIVA

**OS MARANHENSES HAROLDO SOARES FILHO E EDUARDO DUAILIBESÃO DESTAQUES POR ATUAÇÃO NO DESPORTO EDUCACIONAL**



## EDITORIAL

## E os direitos das crianças autistas?

Abril é o mês de conscientização do autismo e o dia 2 foi escolhido para marcar a data. Conhecido como transtorno do espectro autista (TEA) ou simplesmente autismo, é um transtorno que afeta o desenvolvimento neurológico, muitas vezes com prejuízos à comunicação, interação social, comportamento e processamento sensorial.

Recente estudo divulgado pelo Center for Disease Control and Prevention (CDC), dos Estados Unidos, mostra que uma em cada 36 crianças de até 8 anos é autista nos Estados Unidos, o que corresponde a um contingente 22% maior que o estudo anterior (uma em cada 54 crianças), divulgado em 2021. Uma projeção realizada pela Revista Autismo, com base no estudo do CDC, indica que no Brasil há quase 6 milhões de autistas, muitos dos quais não diagnosticados ou diagnosticados equivocadamente.

Mais do que definir padrões, níveis e números do transtorno, o autismo precisa ser visto como a lei exige. É uma condição definitiva, portanto, não tem cura. Em 2012, a Lei Berenice Piana, nº 12.764, foi instituída para garantir os direitos de alunos autistas,

impondo deveres de inclusão às escolas públicas e particulares, além de enfatizar que todo e qualquer indivíduo diagnosticado no espectro autista deve ser considerado pessoa com deficiência, para efeitos legais. Essa lei versa sobre as políticas nacionais de proteção dos direitos da pessoa com transtornos do espectro autista e, como tal, precisa ser seguida. Passada mais de uma década, os avanços da medicina foram enormes, mas infelizmente a sociedade não evoluiu da mesma forma. O Censo Escolar brasileiro mais recente registra um aumento de 280% no número de estudantes com TEA matriculados em escolas públicas e particulares entre 2017 e 2021.

Ainda assim, muitas instituições públicas e privadas negligenciam a urgência, tanto de receber e manter esse aluno na sala de aula, como de implantar uma estrutura com especialistas que possam dar suporte a essas crianças. E a lei é muito clara: para cada 20 alunos, até dois podem ter necessidades especiais. Em estados mais populosos, como São Paulo, a cada 15 alunos, três podem ter acesso ao suporte educacional. Em alguns casos,

o que se vê é um aluno autista ou com outro transtorno por sala e uma fila de espera que somente aumenta.

Além disso, docentes e discentes desconhecem o TEA e acabam corroborando para situações como bullying, estranhamento, rejeição e, muitas vezes, pela saída dessas crianças da instituição de ensino regular.

Não raro pais e mães de autistas, exaustos, são obrigados a recorrer à Justiça, requerendo o cumprimento da lei e a garantia dos direitos de seus filhos. E vale lembrar o nobre papel que uma escola tem na vida de um ser humano. É nela que geralmente se estabelecem os primeiros laços de amizade fora do núcleo familiar, é nela que as crianças começam a se sentir parte da sociedade e a lidar com a diversidade e, conseqüentemente, com preconceitos e outros desafios. É importante destacar, ainda, que a inclusão não beneficia somente essas famílias, mas também aquelas com filhos neurotípicos – com desenvolvimento neurológico considerado “padrão”. Viver em um mundo diverso propicia um aprendizado amplo, além de ser uma forma de aceitar o diferente.

## Quem não sabe aprender

HAMILTON MOURÃO

Senador da República (Republicanos-RS)

Que o Brasil precisa de paz para que os brasileiros vivam e trabalhem não resta dúvida. A dúvida vem do governo: o que ele pretende e onde quer chegar com os desatinos proferidos pelo presidente da República e as inexplicáveis ações e omissões de seus ministros em relação à segurança pública? Somam-se ataques às Forças Armadas desfechos nesta semana em mais um aniversário da Revolução de 31 de março de 1964.

Ao contrário dos que insistem em tirar o 31 de março do seu lugar — que é a história —, os militares aprenderam com ela. A revolução que se iniciou por causa de um problema militar, a indisciplina e a subversão nos quartéis, terminou com a grande contribuição militar para a estabilidade política do país: a despolíticação das Forças Armadas, a estruturação de sua doutrina de preparo e emprego e a profissionalização dos seus quadros. A mensagem foi clara. Os políticos não teriam mais o seu general para resolver os impasses políticos que criavam. As Forças Armadas não ficam contra o povo, reprimindo manifestações pacíficas que não contrariem a lei, por mais deslocadas, no tempo e

no objeto, que sejam. As Forças Armadas não afrontam autoridades e instituições, por maior que sejam os conflitos e tensões dos momentos de crise. E as Forças Armadas não se colocam a serviço de projetos de poder, pessoais ou ideológicos, vindos de onde vierem. De uma contingência engendrada pela história, que foi a intervenção no processo político em 31 de março de 1964 para conter a subversão armada, a violação da soberania nacional, a anarquia institucional, a eclosão da guerra civil e o caos social, as Forças Armadas sustentaram, com o apoio da sociedade e a participação de algumas das melhores inteligências do país, um regime que empreendeu as maiores reformas de sua história. As Forças Armadas são partícipes inevitáveis da evolução política do Brasil, um processo a que não faltaram acidentes, tropeços e retrocessos. Pode-se dizer que a caminhada para a verdadeira democracia no país se iniciou ao término da 2ª Guerra Mundial, com a derrubada do Estado Novo, tanto pelos primeiros passos efetivos para o desenvolvimento econômico, como pela restauração das liberdades individuais, das eleições em todos os níveis e das prerrogativas dos entes federativos.

Restauração democrática a que, no entanto, faltou, no regime da mais liberal das

constituições brasileiras, a de 1946, consistência institucional para lidar com um país que tinha que sair do atraso. O caso da IV República (1946-1964) foi uma triste combinação de bancarrota financeira, inflação descontrolada, greveismo político e aberto conflito entre o Executivo e o Congresso.

O regime de 1964 não pode ser julgado pelo autoritarismo que caracterizou não apenas ele, mas boa parte da política brasileira no século 20. Deve sê-lo pelo legado. O reformismo autoritário da denominada V República tinha princípio, meio e fim, em todas as acepções. Como regime de exceção, em nome de uma excepcionalidade revolucionária que se autojustificava, ele tinha por grande objetivo criar as condições para que as instituições políticas, econômicas e sociais que construía ou reformava funcionassem na plenitude democrática. E conseguiu.

Os militares brasileiros conhecem muito bem o seu papel nessa democracia: pelas suas origens, pela sua formação e pela História. Quem parece não conhecer são os que, achando-se donos da história, querem dirigir o país com os olhos no retrovisor. O irônico é que justamente ela — a história — é que está revelando quem não sabe sequer aprender.

## Justiça de todos

OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



Quando ingressei na Magistratura do Maranhão como Juiz de Direito há 27 anos, o Corregedor era o Desembargador Orville de Almeida que logo depois foi substituído pelo Desembargador Jorge Rachid. Sob o comando deste último, foi idealizado e implementado o projeto “Casamento Comunitário”, sendo o primeiro realizado na cidade de São Luís e o segundo na cidade de Barreirinhas, onde tive a minha titularidade.

Naquela época foi feito um casamento com apenas 350 casais. Pouco tempo depois, realizamos outro, também em Barreirinhas, com 1.700 casais e posteriormente, com 2.300 casais, na comarca de Coelho Neto, onde também fui titular.

Lembro que esse projeto foi disseminado por todo o estado do Maranhão e ainda hoje se mantém firme, com os colegas magistrados e magistradas, dando continuidade por representar benefícios significativos na vida de diversas famílias, sobretudo das menos favorecidas que não podem pagar os custos de um casamento.

Desse mesmo modo, vejo agora mediante a coordenação do Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Froz Sobrinho, surgir o projeto JUSTIÇA DE TODOS, que como ele mesmo afirma foi idealizado pela colega Tereza Nina, Juíza Auxiliar da Corregedoria. No último dia 30 de março, tive a grata satisfação de participar, a convite do Corregedor, da solenidade de inauguração da Sala da Cidadania do Projeto Justiça de Todos e também da Sala Verde da Defensoria Pública do Maranhão, na minha terra natal, Cajari.

Tudo isso só foi possível, pela determinação do Corregedor, da colega Tereza Nina e também da Dra. Ana Carolina, juíza titular da Segunda Vara da Comarca de Viana, bem como da Defensoria Pública. Fiquei muito feliz em perceber que aquela foi a sala de número 65 e que todos os termos judiciários do Maranhão receberão esse importante instrumento de promoção da cidadania.

Por meio dessa sala o cidadão cajariense vai poder ter acesso a diversos serviços do Poder Judiciário sem precisar se deslocar para a sede da Comarca - Viana, o que lhe custaria no mínimo R\$ 80,00 de passagens de ida e volta, além de outras despesas básicas como alimentação, por exemplo.

O cidadão, seja como testemunha, seja como autor ou requerido em uma ação, seja para deixar consignado o desejo de registrar um filho que ainda vai nascer em momento que estará ausente, ou mesmo para pleitear quaisquer outros direitos, poderá se dirigir a essa sala na sua própria cidade, e dali praticar os atos necessários virtualmente. Que maravilha!

Por essa razão é muito importante que todos os gestores municipais ao serem contactados pelos Magistrados ou Magistradas de sua Comarca, demonstrem interesse em celebrar convênios com o Poder Judiciário e a Defensoria Pública, bem como com o Tribunal Regional Eleitoral, disponibilizando salas e servidores afim de levar esses benefícios aos cidadãos de suas cidades. É um pequeno gesto que se revela em grandiosos benefícios.

Tenho certeza, que tal como o projeto casamento comunitário, esse é mais um projeto da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão que servirá de referência para o Brasil e se perpetuará no tempo, pois a realização de serviços por meio do sistema integrado de computadores é uma realidade que se aperfeiçoa a cada momento e em todo o globo.

Só agradecimentos ao Corregedor Froz Sobrinho, à Juíza Auxiliar da Corregedoria, Dra. Tereza Nina e à Juíza titular da Segunda Vara da Comarca de Viana, Dra. Ana Carolina, pelo compromisso com a entrega da tutela da prestação jurisdicional e dos serviços judiciários de maneira eficiente, célere e sem custos para o cidadão mais humilde. Palmas.

FECOIMP

# ACII prepara a 21ª edição Fecoimp

O deputado Antônio Pereira (PSB) recebeu, representantes da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII), que vieram convidar o Parlamento Estadual para a 21ª edição da Feira do Comércio e Indústria de Imperatriz (Fecoimp), a ser realizada de 20 a 23 de setembro. Durante a visita de cortesia, a entidade também apresentou um balanço da edição de 2022 desta que é considerada a maior feira de negócios multissetoriais do Maranhão. A Fecoimp tem como objetivo promover o fomento à economia local e garantir novas oportunidades de negócios, a partir da exposição de produtos e serviços.

“A Fecoimp é uma feira que já acontece há muitos anos e é de grande importância, pois é reconhecida em todo o Maranhão e no Brasil. Apesar de ser organizada pela iniciativa privada, sempre conta com o apoio das instituições públicas, a exemplo do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa. Agradecemos a visita e ficamos felizes com o convite”, afirmou o deputado Antônio Pereira.

O presidente da ACII, João Borges Lira, agradeceu a receptividade da Casa e do deputado Antônio Pereira, que



O DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA (PSB) RECEBEU REPRESENTANTES DA ACII

também ouviu atentamente às demandas do setor de negócios. “Vimos nessa comitiva para dialogar com a Assembleia Legislativa. Ficamos satisfeitos com o diálogo e o acolhimento, principalmente pela disposição da Casa em estar conosco e firmar essa parceria para a realização da Fecoimp”, declarou.

Sucesso  
Fransoisa Ferreira, presidente do Conselho da Mulher Empresária de Imperatriz, falou da importância da parceria entre as instituições públicas e privadas para o sucesso do evento.

Ela aproveitou a oportunidade para convidar o Parlamento Estadual para o 1º Encontro de Mulheres Empreendedoras, que acontecerá no dia 21 de abril.

“Nada melhor do que as instituições privadas se juntarem às instituições públicas para fomentarmos o desenvolvimento do nosso Maranhão. Fomos muito bem recebidos e esperamos contar com o apoio da Assembleia Legislativa e de todos os órgãos que puderem estar conosco na realização de mais uma Fecoimp”, disse.

## ENCHENTES NO MARANHÃO

# FIEMA em ação em favor dos atingidos pelas cheias



MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, JUSCELINO FILHO, PARTICIPOU CO À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) E A FIEMA

SÃO LUÍS – A Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), o Serviço Social da Indústria (SESI) e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM) participaram na tarde desta sexta-feira (31) do evento que lançou a ação humanitária em favor dos desabrigados e desalojados pelas chuvas no estado. A ação atende a uma solicitação do Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, junto à Confederação Nacional da Indústria (CNI), que por meio do Sesi-MA e da FIEMA, viabilizou a aquisição de 10 mil cestas básicas que serão doadas às vítimas das enchentes em todo o estado.

Na ocasião, foi assinado o termo de doação entre a FIEMA, Sesi e FAMEM. O presidente da FIEMA, Edilson Baldez, destacou a importância da ação: “Estamos mobilizados juntos com o poder público, por meio da FAMEM, para que as doações atendam as comunidades que precisam. Nós empresários, que somos todos maranhenses, nos sentimos na obrigação de dar as mãos e atender os mais necessitados”, frisou Baldez.

“Fico muito feliz que a FIEMA tenha essa sensibilidade de ajudar as fa-

mílias que precisam”, falou Ivo Rezende, presidente da FAMEM, acrescentando que todos os agentes políticos estão atentos a essa ação humanitária.

O Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, disse que o Maranhão passa por um momento difícil e que a FIEMA e a CNI têm sido grandes parceiras dessa ação solidária. O vice-presidente da FIEMA, Cláudio Azevedo, parabenizou o ministro pela forte atuação em Brasília e por olhar de perto a situação em que vive o Maranhão nesse momento.

## APARTE

Felipe Klamt  
felipeKlamt@yahoo.com.br



## Será que pode mudar?

Todos os anos assistimos as mesmas enxurradas de problemas no período de inverno no Maranhão, cada ano o desordenado clima do mundo provocando chuvas mais intensas, curiosamente afetando quase sempre os mesmos municípios, cá e lá entra uma nova região na lista do flagelo que afeta a população ribeirinha.

Todos os gestores sabem os locais que as ruas e casas ficam alagadas, obrigando a todas os moradores a abandonar as residências para aguardar que São Pedro pare com a farra no céu, diminuindo os dilúvios, pedindo a Deus o baixar das águas. Interessante que as frentes do governo do estado, federal e municipal demonstram uma competente agilidade e presteza na remoção das famílias, normalmente para as escolas e ginásios, e no atendimento de alto custo com colchões e alimentos.

Todos assistidos com respeito e a humanização necessária. Infelizmente muitas das vítimas perdem o pouco construído com muito esforço de uma vida sofrida pela miséria imposta na falta de políticas ativas e permanentes de geração de renda. Ainda vivem na histórica praga da subsistência, determinando que cada dia vivido pelo amanhã será um possível tempo de mudança. Falta acontecer!

Todos os processos demonstram a presença da solução pontual, não sem tempo para os poderes apresentarem um projeto estruturante permitindo a retirada das populações afetadas pelo anual inverno nas áreas de enchente e destruição patrimonial. Precisamos assistir a competência em médio e longo prazo com novas moradias e a possibilidade financeira independente das bolsas entendidas como distribuição de renda.

Todos os anos repetimos o mesmo conteúdo, como serão as palavras na próxima internada?



Nova proposta – Estrutura do Complexo de Comunicação da Assembleia Legislativa permite a construção de um competente conteúdo, levando informações de primeira linha aos telespectadores. Contando com equipamentos modernos, um espaço possibilitando a criação de diferentes cenários somado a uma equipe de profissionais com expertise garantiu todas as ferramentas para a nova programação que inicia nesta segunda-feira (03) com mais notícias do legislativo e as riquezas e característica do povo no Maranhão.

## Ainda maior?

Secretário da Cultura, Paulo Victor (PCdoB), está com um problema daqueles que somente superando os mais competentes pode conseguir alcançar o desafio imposto pelo governador Carlos Brandão (PSB) para que o próximo São João seja maior que o maior de qualquer estado do Brasil.

Especialistas da cultura afirmam que temos atrações para pelo menos dois meses de apresentações diárias sem repetir a brincadeira no período junino, gestores municipais avisam que com verba todos os 217 municípios podem construir seus arrais e as empresas de eventos e estrutura de palco, som e iluminação garantem os equipamentos. Segundo o Victor, ele vai botar todo mundo para cansar com uma mega programação. Mostrou competência, disposição e trabalho nas últimas festas. Isso é fato!



São Luís, segunda-feira, 3 de abril de 2023

Parnaíba II Geração de Energia S.A. - CNPJ Nº 14.578.002/0001-77

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Parnaíba II Geração de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parnaíba II Geração de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Valor recuperável dos impostos diferidos ativos: Conforme nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras: Principal assunto de auditoria: A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados à prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com

base em estudos que contém projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que incluem premissas relevantes relacionadas: (i) ao volume de despacho e ao preço de venda de energia estimados; (ii) gastos para manutenção de equipamentos; (iii) gastos com insumos; (iv) crescimento econômico projetado para o setor; e (v) investimentos de capital. Em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade relacionada às premissas utilizadas nas projeções para se estimar os lucros tributáveis futuros, que se fossem alteradas poderiam resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, mas não se limitaram a: - Obter o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo a avaliação da política de aprovação dos orçamentos, a determinação das premissas e das projeções utilizadas pela Administração da Companhia. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos: (i) a razoabilidade e a consistência das principais premissas utilizadas na preparação das projeções, que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros; (ii) a aderência às práticas usuais de mercado para as metodologias e para os julgamentos utilizados na determinação das projeções; e (iii) se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e se não apresentaram qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros. - Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável os valores de imposto de renda e contribuição social diferido ativo e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-5-F-RJ Luis Claudio França de Araújo - Contador - CRC RJ-091559/O-4

ABEM ATO CONVOCATÓRIO
A ABEM - Associação Beneficente de Ações Multissociais vem através deste ato convocar seus associados, abaixo relacionados, para comparecer à sua sede e realizar a atualização de seus dados cadastrais e outras pendências, no prazo de até 30 (trinta) dias desta publicação, sob pena de ter seus benefícios cancelados.
GRUPO 01
CPF NOME
xxx.935.xxx-15 ANA MARIA NOGUEIRA SILVA
xxx.961.xxx-91 ANTONIA MARIA VERAS NEVES
xxx.398.xxx-87 ANTONIO SANTOS DA SILVA
xxx.415.xxx-04 DIACUI GOMES TAKEMOTO
xxx.290.xxx-04 DJANIRA RODRIGUES CALIXTO
xxx.358.xxx-59 FRANCISCA CARVALHO LIMA
xxx.434.xxx-04 FRANCISCO JOSE DA SILVA
xxx.935.xxx-30 ISABEL DA COSTA SANTOS
xxx.820.xxx-00 JOSE RIBAMAR ALMEIDA
xxx.489.xxx-20 JOSE RIBAMAR RODRIGUES
xxx.712.xxx-87 LENIR DE CASTRO RIBEIRO
xxx.648.xxx-87 LOURIVAL RODRIGUES DA SILVA
xxx.381.xxx-72 LUCIENE DE FATIMA T GONCALVES
xxx.507.xxx-72 MARIA DO LIVRAMENTO SOARES
xxx.054.xxx-63 MARIA DO SOCORRO L BARBOSA
xxx.687.xxx-20 MARIA JOSE RODRIGUES DA SILVA
xxx.000.xxx-72 MARIA JOSE SANTOS MATOS
xxx.281.xxx-68 RAIMUNDA ARAUJO PEREIRA
xxx.530.xxx-53 RAIMUNDA MOREIRA DOS SANTOS
xxx.729.xxx-20 RAIMUNDA MOTA REGO
xxx.665.xxx-49 RAIMUNDO MUNIZ
xxx.762.xxx-68 ROSA GOMES LEITE
xxx.750.xxx-68 SILVANI LIMA MENDES
GRUPO 02
CPF NOME
xxx.569.xxx-72 ADEMAR HENRIQUE DA SILVA
xxx.178.xxx-06 ANA MARIA N C DE CASTRO
xxx.204.xxx-15 ANTONIO ALVES BRAGA
xxx.962.xxx-34 ANTONIO CARLOS MEDEIROS
xxx.594.xxx-06 FRANCISCO JUNIOR COSTA PESSOA
xxx.547.xxx-72 JOSE JORGE BEZERRA SIQUEIRA
xxx.576.xxx-04 MARIA DOS REMEDIOS FIGUEIREDO
xxx.319.xxx-15 ZACARIAS ELESBAO RIBEIRO
xxx.633.xxx-91 MARIA DE JESUS SILVA ALBUQUERQ
xxx.933.xxx-20 MARIA DA LUZ PRIMO MESQUITA
Colocamo-nos à disposição para maiores informações e esclarecimentos através dos contatos abaixo:
• Fone: (98) 3303-6449 / 3003-7124
• Whatsapp: (98) 98818-9655
• E-mail: abem@abemassociacao.com.br
• Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, 25, sala 302 - Vinhais, São Luís – MA
Salvador Ferrari Neto Paulo Roberto Cabral Holanda
Presidente Vice-Presidente

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 033/2023-CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40.479/2021- EMSERH
OBJETO: Contratação de empresa na prestação de Serviços Médicos de ANESTESIOLOGIA, para atender a demanda do Hospital Geral de Grajaú.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
DATA DA ABERTURA: ADIADO ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO.
MOTIVO: Em virtude do que determina o Decreto nº 38.192 de 2023 datada e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão no dia 27 de março de 2023.
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Auditório da EMSERH, localizada na Av. Borborema, qd. 16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís – MA Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH (www.emserh.ma.gov.br).
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH (www.emserh.ma.gov.br).
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com e/ou csl@emserh.ma.gov.br e/ou amaral.neto@emserh.ma.gov.br, ou pelo Telefone (98) 3235- 7333.
São Luís (MA), 29 de março de 2023
Leonardo Aires Monteiro
Agente de Licitação da EMSERH
Matrícula nº 4.676

COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE
MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços nº 10/GAP-RF/2023
O Ordenador de Despesas do GAP-RF torna público que, às 09h (horário local de Recife-PE), do dia 24 de abril de 2023, na Sala de Reuniões da Divisão de Obtenções do GAP-RF, localizado no endereço Av. Armino Moura, 500 – Boa Viagem - Recife-PE, CEP: 51.130-180, receberá os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de Preços, pertinentes à TOMADA DE PREÇOS Nº 10/GAP-RF/2023, cujo objeto é a recuperação da estrutura e reforma das instalações do prédio operacional do DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE SÃO LUIS/MA (DTCEA-SL). O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações nos seguintes telefones (81) 2129-8049.

ESTADO DO MARANHÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO/UEMA, através de seu Pregoeiro, na forma da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/02 e do Decreto nº 10.024/19, informa que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, de interesse da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA, conforme a seguir discriminado:
Tabela com DATA, HORA e PROCESSO.
Objeto: Contratação de empresa especializada para o preparo e fornecimento de refeições (bandedeio e quentinhas) para o almoço e jantar dos docentes, discentes e colaboradores nas instalações do Restaurante Universitário da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA - (NOVO EDITAL).
As propostas serão recebidas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. Informa-se ainda que o edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados no site da Universidade Estadual do Maranhão, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente, através do site www.licitacoes.uema.br, e www.comprasnet.gov.br. Esclarecimentos adicionais pelo telefone (98) 2016-8114.
São Luís, 30 de março de 2023.
Laina Soares Suzart
Secretária da CSL/UEMA
no exercício da Presidência
Mat. 867440

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 081/2023-CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213.859/2022- EMSERH
OBJETO: Contratação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das áreas médico-hospitalares, externas e esquadrias com fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, produtos saneantes, equipamentos e utensílios, para atender às necessidades da unidade de saúde CASA TEA 12+, administrado pela empresa maranhense de serviços hospitalares – EMSERH.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
DATA DA ABERTURA: ADIADO ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO.
MOTIVO: Em virtude do que determina o Decreto nº 38.192 de 2023 datada e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão no dia 27 de março de 2023.
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Sistema Licitações-e www.licitacoes-e.com.br.
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH (www.emserh.ma.gov.br).
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com e/ou maiaemserh@gmail.com, ou pelo Telefone (98) 3235-7333.
São Luís (MA), 29 de março de 2023
Maiane Rodrigues Corrêa Lobão
Agente de Licitação/EMSERH
Mat. 7.325

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO. PRORROGAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS: Nº 004/2023. Processo Administrativo nº 060305/2023. A Prefeitura Municipal de Joselândia – MA, através de sua Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público para conhecimento dos interessados a PRORROGAÇÃO do PRAZO de ABERTURA da licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de mão de obra temporária de serviços gerais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, marcada para realizar-se às 10:00 horas do dia 30 de março de 2023, ficando a nova data de abertura para o dia 20 de abril de 2023, às 10:00 horas. A sessão pública de julgamento será realizada nas dependências da Secretaria Municipal de Administração, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada a Praça do Mercado, s/n, Centro, CEP 65.755-000, Joselândia – MA, no dia, hora e local citados, em que serão recebidos os envelopes de habilitação e proposta de preços. O edital está disponível para todos os interessados no Portal de Transparência do Município no endereço eletrônico: http://joselandia.ma.gov.br/transparencia/licitacoes e também poderá ser consultado e obtido na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL, localizada no Prédio da Prefeitura Municipal à Praça do Mercado, s/n, centro, CEP: 65.755-000, Joselândia- MA, de 2ª a 6ª, das 08:00 às 12:00 horas, podendo ainda ser solicitado através do E-mail: cplpmjoselandia@gmail.com. Esclarecimento adicional no mesmo endereço e e-mail citados e provisoriamente no número +55 99 8430-4519. Joselândia (MA), 29 de março de 2023. Jackson Silva Santos –Presidente da CPL.

O IMPARCIAL
O DIGITAL TAMBÉM É O NOSSO NORMAL!
o imparcial.com.br
8 MILHÕES DE ACESSOS

O melhor e mais diversificado conteúdo de notícias do Estado
ASSINATURA: (98) 99144-5645
COMERCIAL: (98) 99116-1624
oimparcial.com.br

## CRATERAS

# Fenômeno das voçorocas no Maranhão

PATRÍCIA CUNHA

Na última semana o município de Buriticupu, cidade distante 417 km da capital maranhense, ficou conhecida internacionalmente, infelizmente por um motivo ruim. A cidade, vítima do fenômeno voçoroca (surgimento de crateras), está prestes a desaparecer em alguns anos se nada for feito. O pequeno município mara-

nhense, com pouco mais de 70 mil habitantes, está rodeado por erosões.

A gravidade fez com que o Governo Federal reconhecesse a situação de calamidade pública do município, que corre o risco de desaparecer por causa do fenômeno geológico. De acordo com o Ministério de Integração e Desenvolvimento, o Governo Federal aprovou o processo de assistência social, em cerca de R\$ 687 mil, para aquisição de materiais de higiene pessoal, dormitório, aluguel de veí-

culos e combustível. Ao todo, 220 famílias vão ter que deixar suas casas em Buriticupu por conta das crateras.

O problema, segundo moradores, existe há décadas e se agrava a cada ano que passa, durante as temporadas de chuva. São enormes crateras, pelo menos 26 buracos gigantes de mais 50 metros de profundidade, que avançam sobre a cidade. Segundo o Corpo de Bombeiros, atualmente, 27 famílias estão deslocadas e recebem aluguel social.



## Processo de desagregação e remoção do solo



Essas crateras são fenômenos geológicos que surgem como pequenas fendas no solo, geralmente provocadas pela força da água da chuva. A Prof. Dra. Ediléa Dutra Pereira, Doutora em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão, explicou que na superfície da terra atuam os agentes modeladores de relevo como o sol, vento, gelo e a água. A erosão é um processo de desagregação e remoção do solo e fragmentos das rochas.

No caso especial de Buriticupu apresenta a formação geológica formada pelo Grupo Itapecuru (Formação Cujupe) de idade Cretácea, constituído por rochas sedimentares avermelhadas composta por siltitos, arenitos e argilitos. “Durante o período chuvoso nessas regiões, ocorrem poucas infiltrações no solo e maior escoamento superficial e subsuperficial

que potencializa o transporte dos sedimentos avermelhados para as áreas mais baixas, deixando uma cicatriz no solo que evolui para sulcos mais profundos formando ravinas. E o constante aumento dos buracos na rocha sedimentar formam enormes crateras denominadas voçorocas. Esses processos erosivos causam danos materiais e de vida para as pessoas que moram nas adjacências”, explicou a especialista.

No caso de Buriticupu, ela continua explicando, “o tabuleiro tem altitude de mais de 300m acima do nível do mar e as grandes erosões são bastantes encravadas formando verdadeiros vales encaixados com profundidades de aproximadamente 70m. A contínua evolução do processo erosivo coloca em risco a cidade de Buriticupu em ser cortada pela junção das voçorocas presentes nas encostas do

tabuleiro no cenário futuro”.

*O tabuleiro tem altitude de mais de 300m acima do nível do mar e as grandes erosões são bastantes encravadas formando verdadeiros vales encaixados com profundidades de aproximadamente 70m*

## Ações públicas para conter o problema

De acordo com especialistas, fatores como o desmatamento, a ocupação desordenada, o relevo e o solo arenoso são os principais fatores que contribuíram para o surgimento e avanço dos buracos gigantes. O professor João Ribeiro Júnior, de Caxias, ponderou que o referido município encontra-se numa área que ele chama de pré-amazônia oriental. “Essa porção ocidental amazônica do Maranhão apresenta características físico – naturais, e até mesmo sócio – econômicas, semelhantes ao restante desse complexo regional. Logo, bastante delicada e com uma grande fragilidade pedológica, que requer rigor quanto aos mecanismos de conservação ambiental. No entanto, Buriticupu tem a agropecuária compondo cerca de 20% de seu PIB. Isso revela o quanto de desmatamento se tornou necessário a tal atividade, que já se desenvolve por mais de 50 anos e que já há décadas vem provocando desequilíbrio ecológico”.

*No entanto, Buriticupu tem a agropecuária compondo cerca de 20% de seu PIB. Isso revela o quanto de desmatamento se tornou necessário a tal atividade, que já se desenvolve por mais de 50 anos e que já há décadas vem provocando desequilíbrio ecológico*

Segundo o professor, houve negligência. “Voçorocas são um fenômeno geológico/natural, mas que, como em outras circunstâncias, pode ser acelerada pelas ações antrópicas, como é o caso em questão. A princípio, após a retirada da cobertura vegetal, inicia-se pequenas e ignoradas demonstrações de efeitos erosivos com a formação de sulcos no solo, evoluindo para a constituição de ravinas, até alastrar-se, horizontalmente e verticalmente, caracterizando a voçoroca propriamente dita. Nessa fase, já houve irreversíveis danos ambientais, como a perda de grande volume de solo, contaminação do lençol freático, assoreamento dos cursos d’água, e consequente do ecossistema fluvial. Ademais, impactos sociais, que se estendem desde à redução da área ocupável, à navegabilidade, exploração econômica dos rios e comprometimento de toda a estrutura física da cidade”.

A solução, de acordo com ele, é a urgente evacuação urbana por pelo menos 500m de raio a partir das áreas erodidas e florestamento do trecho. “A partir daí, é aguardar a redução do potencial pluvial para os próximos meses pra poder-se observar o desenvolvimento das plantas introduzidas e seu efeito atenuador dessa degradação”, considera. A Defesa Civil Nacional, junto com o Corpo de Bombeiros, esteve no último fim de semana em Buriticupu para mapear e elaborar estudos técnicos sobre as áreas de risco. A prefeitura promete retirar as demais famílias identificadas em 220 desses locais. A cada ano, os buracos avançam, em média, cinco metros e ameaçam bairros inteiros. A técnica Gisele Paes, da Defesa Civil Nacional, disse que o órgão está percorrendo os municípios maranhenses afetados pela chuva, mas Buriticupu terá um olhar diferenciado, por conta da situação das voçorocas. “Viemos trazer apoio imediato para o município, para as pessoas que estão isoladas, trazer um aporte a mais, dar um respiro para ajudar no que puder”, disse. O tenente Coronel Júnior, do Corpo de Bombeiros, informou que junto aos governos municipal e federal vão trabalhar para, de forma célere, mitigar os efeitos da erosão decorrente da chuva intensa que tem caído na região.

*Viemos trazer apoio imediato para o município, para as pessoas que estão isoladas, trazer um aporte a mais*

*\*continua na próxima página*

São Luís, segunda-feira, 3 de abril de 2023

# Situação poderia ter sido evitada

Município de Buriticupu foi obrigado a delimitar e isolar, imediatamente, com sinalização adequada, todas as áreas com potencial de risco

Há quase 1 ano foi firmado um acordo judicial, em que foram acertadas uma série de medidas para evitar o avanço dos processos de erosão e garantir a segurança dos moradores e o direito deles à habitação segura.

O acordo judicial foi firmado após ajuizamento de Ação Civil Pública (ACP), em 12 de abril de 2022, ou seja, há quase 1 ano, pelo promotor de justiça José Frazão Sá Menezes Neto. Em função do descumprimento dessa ACP, o Ministério Público do Maranhão acionou o município de Buriticupu.

A petição, com pedido de apreciação de liminar, é devido ao descumprimento e inércia por parte do poder público municipal no cumprimento dos termos do acordo judicial, firmado em 20 de abril de 2022.

Na época, o representante do MP-MA requereu ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão, em caráter liminar, que o município de Buriticupu fosse obrigado a delimitar e isolar, imediatamente, com sinalização adequada, todas as áreas com potencial de risco de desabamentos e decorren-



**A PREFEITURA TINHA QUE TOMAR MEDIDAS PARA EVITAR O AVANÇO DA EROSÃO**

tes das voçorocas existentes na cidade. Também foi pedida a interdição dos imóveis e remoção das pessoas expostas a riscos.

## Famílias que moram próximo às voçorocas



A Promotoria de Justiça pediu, ainda, no prazo de 10 dias, o cadastramento das famílias residentes nas proximidades das áreas afetadas pelos processos de erosão principalmente na Vila Santos Dumont, Rua 19 de março (Bairro Caeminha), Vila Isaías, Cinco Cruzes (próximo da BR-222), Rua Rui Barbosa (Bairro do Açude), Estrada do Acampamento (Bairro Terra Bela) e pagamento do aluguel social às famílias removidas.

Ainda no ano passado, na ACP, foi solicitada a apresentação, em 30 dias, de levantamento completo de todas as áreas afetadas pelas voçorocas e as providências adotadas pela Prefeitura

de Buriticupu. Outro pedido apresentado à Justiça foi a obrigação do Executivo em realizar, em 90 dias, intervenções e obras necessárias para conter o processo de erosão. Por último, o Ministério Público requereu que a Prefeitura fosse obrigada a realizar, no prazo de um ano, a recuperação ambiental das áreas afetadas.

Inicialmente, o município teria que cumprir em 30 dias, as primeiras providências: delimitar, isolar, sinalizar as áreas de risco; interditar os imóveis e remover as pessoas; cadastrar as famílias afetadas pela erosão, custear o aluguel social e apresentar levantamento das áreas afetadas. Desde en-

tão, segundo o Ministério Público, a Prefeitura pediu vários prazos para a Justiça.

O último pedido de dilação do prazo foi feito em 12 de dezembro de 2022, aceito pelo Poder Judiciário. “Considerando que o último prazo foi extrapolado, o MP requer que sejam apreciados judicialmente os pedidos formulados na inicial (ACP) quanto a medida cautelar, tendo em vista que o Município sequer apresentou manifestação nos autos”, solicitou, na petição, o promotor de justiça Felipe Augusto Rotondo. Na homologação do acordo foi fixada, pela Justiça, multa diária de R\$ 10 mil.

## Prefeitura de Buriticupu diz que não está inerte

Em nota, a assessoria jurídica da Prefeitura de Buriticupu informou que além da ação do MP, ajuizada em 2022, existe outra de autoria da Defensoria Pública, ajuizada no ano de 2019, ainda na vigência da Gestão Passada. Ambas as demandas contam com decisões em desfavor do Município determinando a realização de obras emergenciais de sinalização e isolamento das áreas afetadas, bem como remanejamento das famílias dos locais de risco. A assessoria disse que a Administração Municipal vem cumprindo essas ações na medida de sua capacidade econômico/financeira.

A nota diz ainda que em decorrência do agravamento do processo erosivo causado pelo atual período invernal, o Município não consegue sozinho responder à situação de crise, e que vem atuando dentro de suas possibilidades.

“Em face do atual cenário e da evidente incapacidade financeira do município de responder sozinho ao quadro de desastre instalado, vez que inegável a tragédia geológica que atinge a zona urbana de Buriticupu, que compromete sobremaneira a segurança da população, a Assessoria Jurídica vem munindo esforços para manter as ações em curso atualizadas com as medidas adotadas pela Administração Municipal para sanar o problema, bem como vem manejando ações próprias com o objetivo de responsabilizar possíveis culpados pelo surgimento e agravamento das voçorocas em Buriticupu, a exemplo da Ação Civil Pública manejada em face do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, especificamente com relação ao processo erosivo do Bairro Santos Dumont, em trâmite na Justiça Federal, bem como da recente ação ajuizada em face da Construtora Jeová Barbosa e Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, pelo surgimento e avanço da erosão do Bairro Eco Buriticupu”, informou Gustavo Pereira da Costa, da assessoria jurídica.

*Em face do atual cenário e da evidente incapacidade financeira do município de responder sozinho ao quadro de desastre instalado, vez que inegável a tragédia geológica que atinge a zona urbana de Buriticupu, que compromete sobremaneira a segurança da população, a Assessoria Jurídica vem munindo esforços para manter as ações em curso atualizadas com as medidas adotadas pela Administração Municipal para sanar o problema, bem como vem manejando ações próprias com o objetivo de responsabilizar possíveis culpados pelo surgimento e agravamento das voçorocas em Buriticupu, a exemplo da Ação Civil Pública manejada em face do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT*

São Luís, segunda-feira, 3 de abril de 2023

## PREMIAÇÃO

# Maranhenses são destaques no desporto educacional

NERES PINTO

A destacada atuação dos membros do Superior Tribunal de Justiça Universitário (STJDU) foi reconhecida por entidades do desporto educacional no estado do Maranhão – Fame (esporte universitário) e Femade (segmento escolar), no último dia 14. O objetivo foi enfatizar a atuação dos melhores do ano de 2022, no que tange ao desporto educacional. O STJDU é ligado à Confederação Brasileira de Desporto Universitário. A premiação é fruto de um trabalho em conjunto, que engloba, naquele órgão, pessoas bastante gabaritadas.

Entre os agraciados pelo prêmio Destaque do Ano no Esporte Educacional, estão dois maranhenses: o procurador-geral Eduardo Duailibe e o presidente Haroldo Soares, como às pessoas que realmente contribuíram para a formação e o engrandecimento do esporte tanto no estado quanto fora dele.



Duailibe destaca que o STJDU é composto por profissionais gabaritados de todos os estados da federação, e o Maranhão está bem representado, tendo inclusive o Dr. Haroldo Soares na presidência. É um órgão bastante heterogêneo, composto por representantes de vários estados. “Quando um tribunal é heterogêneo, tendo inclusive na sua composição várias mulheres, e a força feminina é muito importante, então este conhecimento com participação de pessoas do Norte, Sul, Sudeste, Nordeste, enfim todas as regiões, isso faz com que isso engrandeça nossas decisões, que normalmente são bastante acertadas”, disse Eduardo Duailibe.

A Justiça Desportiva é o único trâmite administrativo previsto pela Constituição, que obriga o exaurimento no prazo de 60 dias para que possa chegar ao Poder Judiciário, em se tratando em que se trate da disciplina e organização das competições. “É impossível dissociar o trabalho do STJDU das competições. Por isso, a CBDU promove competições seletivas, justamente para fomentar não profissional na seara acadêmica. Dentro das competições já existe o JUBs-Praia, que está previsto para o final de abril, aqui no Maranhão”, analisa Duailibe.

Vai haver uma seletiva em Curitiba, em maio, e outra no Distrito Federal em junho. No final do ano serão realizados os Jogos Universitários Brasileiros, no Paraná. A atuação do STJDU será importante, porque quando há competições regionais ou nacionais o órgão cria uma comissão disciplinar nacional e todas estas situações originárias têm o primeiro grau julgado e, posteriormente, caso seja necessário recurso, pelo Superior Tribunal. “Quando da realização dos Jogos Universitários Maranhenses, temos uma comissão disciplinar. Dessa comissão o recurso vai para o TJD que é ligado à Fame, todas as decisões desse tribunal e em sedes de competições estaduais chegam ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva Universitária”, finaliza.

## Composição do STJDU

- Haroldo Guimarães Soares Filho (pres.), São Luís/MA
- Eduardo Duailibe (procurador geral), São Luís/MA
- Aurélio Alves Ferreira (vice-presi.), Goiânia/-GO.
- Paulo Santiago (corregedor), Curitiba – PR
- Claudio Miguel Marques Longo (pre. Escola Superior do Direito Desportivo Universitário), São Paulo
- Alberico Vieira de Melo Junior (auditor), Aracaju/SE
- Ketlen Roque dos Anjos (auditora), Manaus /AM,
- Evellyn Xabregas Nunes (auditora), Macapá/AP
- Victor Lages Altavila Guerra (auditor), Maceió/AL
- Simone Corrêa de Sousa (auditora), Brasília/DF

## JOGOS OLÍMPICOS

# Bruno Lobo foca em Paris 2024

Kitesurfista número 1 do Brasil, o maranhense Bruno Lobo, além de contar com os patrocínios do Bolsa Atleta e da Revista Kitley, continua com uma preparação intensa para a temporada de 2023, uma das mais importantes de sua vitoriosa carreira. Em meio à disputa por títulos nacionais, continentais e mundiais, Bruno terá duas oportunidades para garantir a tão sonhada vaga nos Jogos Olímpicos de 2024, que serão realizados em Paris, na França.

A primeira chance para Bruno Lobo carimbar o passaporte rumo aos Jogos Olímpicos será o Campeonato Mundial de Vela, que será disputado entre os dias 10 e 20 de agosto, em Haia, na Holanda. O atleta maranhense tem um bom histórico no evento: na edição de 2022, ocorrida em Cagliari, na Itália, Bruno foi o melhor kitesurfista das Américas, conquistando a 18ª colocação entre os principais atletas da modalidade. Depois do Campeonato Mundial, Bruno Lobo ainda terá outra seletiva olímpica pela frente. Entre os dias 25 de outubro e 5 de novembro, o kitesurfista maranhense vai competir nos Jogos Pan-Americanos, em Santiago, no Chile. O Pan traz ótimas recordações para Bruno, que teve um desempenho histórico e faturou a medalha de ouro na competição de 2019, em Lima, no Peru.

Enquanto as principais competições da temporada não chegam, Bruno Lobo vai participar de outros eventos importantes do calendário mundial do kitesurf. O maranhense está confirmado na 52ª edição do Troféu Princesa Sofia, que será realizado entre os dias 4 e 8 de abril, em Palma de Mallorca, na Espanha. A disputa no continente europeu é válida como primeira etapa da Copa do Mundo de Vela e reúne os principais atletas de todas as categorias olímpicas.

Bruno Lobo chega à Espanha com o astral elevado após fazer história em duas competições realizadas em novem-



bro, em São Luís. O kitesurfista maranhense faturou pela terceira vez o Campeonato Pan-Americano de Fórmula Kite e garantiu o sexto título brasileiro de Fórmula Kite, mostrando mais uma vez porque é um dos principais nomes da modalidade.

Também em 2022, Bruno Lobo foi campeão da Copa Brasil de Vela, que foi válida como segunda etapa do Campeonato

Brasileiro de Fórmula Kite e disputada em Ilhabela-SP, com vitórias em todas as 13 regatas da competição, garantiu a 18ª colocação e foi o melhor das Américas no Mundial de Fórmula Kite, em Cagliari, na Itália, ficou com a nona colocação no Circuito Europeu, realizado entre setembro e outubro, em Lepanto, na Grécia, faturou o título da categoria Hydrofoil na Copa Brasil de Vela de Praia, com vitórias nas 10 regatas da competição disputada no mês de agosto, em Fortaleza, e conquistou a sétima posição no Circuito Mundial de Kitesurf, que ocorreu no fim de julho, em Gizzeria, na Itália.

No primeiro semestre de 2022, Bruno Lobo ficou em sétimo lugar na disputa da Fórmula Kite na Copa do Mundo de Vela, que ocorreu em junho, na Holanda, e sagrou-se campeão da etapa do Campeonato Espanhol na cidade de Palamós, vencendo 10 das 12 regatas disputadas. O maranhense também garantiu a quarta colocação no Campeonato Asiático de Kitesurf na Tailândia e acabou ficando no Top 20 na disputa da Semana Olímpica Francesa em Hyères, na França.

## Em breve o fornecimento de água ficará ainda melhor.

Seguindo o cronograma de investimentos, a BRK realizará obras de interligações e implantação dos sistemas de abastecimento de água na sua região.

### FIQUE LIGADO



As obras deverão causar impactos pontuais no abastecimento e possíveis desvios nas ruas dos bairros;



As vias onde houverem atuação serão recompostas pela BRK em até 7 dias após a conclusão das obras e com o mesmo tipo de material encontrado anteriormente à intervenção;



O prazo para restabelecimento do abastecimento será de até 48h após o término da intervenção.

## Sistema de abastecimento

De 03/04/23 a 06/04/23

BAIRRO	SA	SERVIÇO	DATA	HORA	PRAZO	ÁREA DE IMPACTO
Maiobinha	SA 08 SJR	Interligação de Rede Dn100mm	Qui 06/04	9h às 17h	7h	Maiobinha
Vila Kiola	SA 08 SJR	Sondagem de rede pvc Dn50mm para setorização ZM 8A	Ter 04/04	9h às 17h	7h	Kiola
Residencial Safira	SA 08 SJR	Sondagem de rede pvc Dn50mm para setorização ZM 21A	Ter 04/04	9h às 17h	7h	Kiola, Sitio Saramanta (Res. São José, Ana Carolina, Caminho das Árvores) Cond. Ponta Verde, Cond Recanto Verde, Res. Paraíso das Rosas
Pau Deitado (Alto da Esperança)	SA 15 SJR	Desativação de Rede	Seg 03/04	9h às 17h	7h	Vila Mangueirão, Vila Dr. Julinho, Vila São José, Roseana Sarney, Pau Deitado (Alto da Esperança)
Pau Deitado (Alto da Esperança)	SA 15 SJR	Desativação de Rede	Qua 05/04	9h às 17h	7h	Vila Mangueirão, Vila Dr. Julinho, Vila São José, Roseana Sarney, Pau Deitado (Alto da Esperança)
São Raimundo	SA 16 SJR	Interligação de AAT Dn150/140mm	Ter 04/04	9h às 17h	7h	Mirititua (Res. São José), São Raimundo, Gambarrinha, Outeiro, Moropóia, Centro, Vieira, Caúra, Olho D'água, São Benedito, Campina.
São Raimundo	SA 16 SJR	Interligação de AAT Dn150/140mm	Qui 06/04	9h às 17h	7h	Mirititua (Res. São José), São Raimundo, Gambarrinha, Outeiro, Moropóia, Centro, Vieira, Caúra, Olho D'água, São Benedito, Campina.

TÉCNICO RESPONSÁVEL: CARLOS ADRIANO RAIOL

A obra leva alguns dias, mas os benefícios são duradouros.  
Contamos com a sua compreensão!

0800 771 0001 • brkambiental.com.br/maranhao

Saiba mais detalhes sobre nossas obras nas redes

brk.ambiental
 brkambiental